

## **A PESQUISA NA FORMAÇÃO INICIAL EM PEDAGOGIA: APONTAMENTOS PARA A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

No contexto de fortalecimento da democracia<sup>1</sup> e do posicionamento da comunidade acadêmica frente aos desmontes no campo da educação<sup>2</sup>, compreendemos que urge promover espaços de diálogo que fortaleçam estratégias de luta frente aos desafios<sup>3</sup> que se apresentam. Nesse sentido, a aposta no desenvolvimento de pesquisa com o tema da Formação Inicial (FI) para professoras<sup>4</sup> da educação básica se constitui como um elemento de resistência, tendo em vista as lutas ao longo de décadas, protagonizando na agenda política da educação brasileira, a busca pela democratização da educação (BRASIL, 1996; 2014).

Em direção ao campo da Educação Infantil (EI), recortamos para este trabalho apontamentos sobre dados preliminares produzidos com a pesquisa<sup>5</sup>, situando o foco do texto no eixo que tematiza as políticas de formação, valorização e condições de trabalho dos profissionais da educação. Nesse escopo, a constituição da docência para a atuação na EI compõe o conjunto de desafios presentes na formação e na valorização do trabalho docente, que englobam a luta pela democratização do acesso relacionado à qualidade desse direito. Entendemos que essa constituição se articula a uma multiplicidade de aspectos ligados às dimensões da legislação, das práticas e das concepções que disputam lugar nas políticas públicas.

---

<sup>1</sup> A iniciativa da Anped em parceria com o Movimento Educação Democrática pode ser acessada em: <<http://www.anped.org.br/news/acao-educacao-democratica-lanca-site-e-estimula-atividades-em-instituicoes-de-ensino-e-espacos>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

<sup>2</sup> Ver manifestos Anpae. Disponível em: <<https://anpae.org.br/website/noticias>> e Anfope disponível em: <<http://www.anfope.org.br/cartas-e-manifestos/>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

<sup>3</sup> Manifestos contrários à Proposta do MEC de uma Base Nacional Comum da Formação dos Professores da Educação Básica, apresentada à imprensa em 13 de dezembro de 2018, estão disponíveis em: <<http://www.anped.org.br/news/nota-sobre-base-nacional-comum-para-formacao-de-professores>> e <<http://www.anped.org.br/news/manifesto-anfope-em-defesa-da-formacao-de-professores>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

<sup>4</sup> Reconhecendo a composição de maioria de mulheres nesse campo profissional, optamos pela expressão no feminino.

<sup>5</sup> A pesquisa teve início em 2018 e continua os investimentos (estudos realizados de 2006 a 2017) do Grupo de Pesquisa Formação e Atuação de Educadores (Grufae) no acompanhamento da implementação das diretrizes para a formação de professores.

Sendo assim, diante das alterações no Curso de Pedagogia a partir da Resolução 02/2015 e de mudanças no campo da educação (BRASIL, 2014; 2017), definimos como objetivo geral da pesquisa compreender os sentidos que são enunciados por estudantes de Pedagogia de uma universidade pública da região sudeste sobre a docência na EI. Como objetivos específicos, buscamos contextualizar a trajetória da EI no Curso de Pedagogia da universidade pesquisada em interlocução com o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014) e com as Resoluções 01/2006 e 02/2015, específicas sobre a formação de professores. Nesse escopo, a partir da perspectiva bakhtiniana de heteroglossia (BAKHTIN, 2006; 2011), somamos às vozes em disputa os enunciados de estudantes da graduação acerca dos sentidos da docência na EI em seu processo de FI.

No que se refere aos pressupostos teórico-metodológicos, acreditamos na formação humana como movimento dialógico constituído com o *outro* por meio da linguagem (BAKHTIN, 2011). Inspirando-nos em Bakhtin, desenvolvemos a ideia dos enunciados que participam da cadeia dialógica sobre este tema, integrando conflitos de interesses, disputas e arenas de luta que evidenciam os desafios de viver em um mundo no qual têm prevalecido os valores do capital (BAKHTIN, 2006; 2011).

Ainda considerando a premissa bakhtiniana de sujeito histórico, carregado de sentidos e implicado nas vivências em seus contextos, compreendemos a constituição da identidade docente em diálogo com a concepção de criança em sua condição histórica, como sujeito de direitos (BRASIL, 2009). Afirmando uma perspectiva democrática (ALVES, 2018), a defesa das crianças como sujeitos de direitos requer que a EI seja compreendida em sua dimensão institucional, a ser oferecida considerando a indissociabilidade entre cuidar e educar (BRASIL, 2009).

Com base nessas perspectivas e ancorada em referenciais teórico-metodológicos bakhtinianos, a pesquisa, de abordagem qualitativa e de caráter exploratório, articula procedimentos de análise documental (BRASIL, 2006; 2014; 2015), de levantamento bibliográfico em periódicos nacionais, além de aplicação de questionários e produção de narrativas junto a estudantes da graduação em Pedagogia.

Na dinâmica das ações em desenvolvimento e em diálogo com os dados preliminares da pesquisa, os documentos analisados pautam a FI como um importante elemento no

contexto da primeira etapa da educação básica. No que se refere à Meta 1 do PNE, que trata da universalização e da ampliação de vagas para a EI, a FI compõe o conjunto das estratégias, como forma de garantir que o atendimento às crianças de zero a cinco anos seja realizado por profissionais com formação em nível superior (CÔCO et al, 2017), nos desafios de expansão da EI (ALVES; CÔCO, 2014; ALVES, 2018).

Em relação à produção acadêmica recente, os indicadores apontam a relevância da dimensão pessoal na formação docente, bem como a importância de que haja interlocução entre o processo formativo e o currículo do curso, assinalando ainda a defesa da Pedagogia como lócus da FI para atuação na EI (CÔCO; VIEIRA; GIESEN, 2018). Nesse cenário, as produções demarcam que a desvalorização do trabalho docente persiste como um dos desafios das atuais políticas públicas.

No que tange à dialogia com estudantes do curso de Pedagogia, em relação aos itinerários de escolarização dos/as estudantes, os dados produzidos com os/as que ingressaram em 2017, se comparados a dados de anos anteriores (2006 e 2007), indicam o aumento, ainda que tímido, da presença da EI no histórico de escolarização dos estudantes, tanto na faixa creche como da pré-escola (CÔCO et al, 2018).

Diante do cenário de desafios e desmontes educacionais, compartilhamos nosso posicionamento na cadeia dialógica da produção científica, demarcando a relevância deste estudo sobre a FI para a docência na EI na perspectiva de valorização e de luta por melhores condições de trabalho docente. Compreendemos que os sentidos da docência na EI para estudantes de Pedagogia de uma universidade pública passam por transformações ao longo do tempo, indicando atenção à elaboração das políticas de formação de professores. Políticas essas que considerem a trajetória da EI no Curso de Pedagogia, bem como a interlocução com as metas de atendimento e financiamento da educação.

Sabemos que a afirmação pelo direito à EI integra o debate das políticas educacionais de FI e continuada, sendo necessária a análise crítica de concepções e programas direcionados à comunidade educadora. Cientes de que somos sujeitos imersos na arena de lutas e disputas, este trabalho se constitui em meio às políticas de afirmação da educação, tendo como horizonte as políticas de valorização do trabalho docente. Nesse

propósito, faz-se necessária a constante bandeira de resistência às lógicas de unificação que assolam o cenário da política brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALVES, K. K.; COCO, V. O direito à educação infantil: a busca por matrículas no cenário do Espírito Santo. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, v. 19, p. 105-124, 2014. Disponível em: <[www.periodicos.ufes.br/educacao/article/download/10250/7036](http://www.periodicos.ufes.br/educacao/article/download/10250/7036)>. Acesso em: 16 jan. 2019.

ALVES, K. K. O direito à educação infantil no contexto dos desafios de sua expansão. **Laplage Em Revista**, v. 4, p. 238-253, 2018. Disponível em: <<http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/425>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Editora WMF/Martins Fontes, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

BRASIL. C.N.E. **Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)>. Acesso em: 5 jul. 2014.

BRASIL. C.N.E. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category\\_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 12 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº. 5, de 17 de dezembro de 2009**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category\\_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 7 nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n. 2, de 22 de dezembro de 2017**. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/RESOLUCAOCNE\\_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2018.

CÔCO, V. Formação inicial e docência na educação infantil. **Unisul, Tubarão**, v. 12, n. 21, p. 95-112, Jan/Jun 2018. Disponível em: <[www.portaldeperiodicos.unisul.br](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br)>. Acesso em: 14 set. 2018.

CÔCO, V. et al. A formação inicial de professores para a educação infantil no contexto do PNE e da Resolução 02/2015. In: XI Seminário Nacional de Formação dos Profissionais de Educação, 2017, Rio de Janeiro. **Anais...** XI Seminário Nacional de Formação dos Profissionais de Educação, 2017. p. 295-296.

CÔCO, V. et al. Educação infantil e formação inicial. In: VI GRUPECI, 2018, Belém (circulação restrita).